

Nota Pública Contra a Reforma do Ensino Médio

O Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais, instância de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação, vem a público demonstrar sua preocupação em relação às consequências da Reforma do Ensino Médio, encaminhada ao Congresso Nacional pela Medida Provisória (MP) 746/2016 e aprovada em lei pelo Senado Federal (Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017).

O Fórum Estadual Permanente de Educação considera que a reforma em curso ignora a ampla discussão sobre o Ensino Médio realizada nos diferentes segmentos da sociedade, nas redes de ensino, nas universidades e entidades científicas que enfatizam a importância de transformações a serem realizadas nesse nível de ensino.

O Fórum rejeita que a referida reforma suprima o acesso dos jovens ao conhecimento humano, organizado no campo das ciências naturais, das ciências humanas e das artes. Manifesta sua preocupação quanto à reforma aprovada que, com a justificativa de permitir flexibilidade de percursos educativos, sem assegurar financiamento adequado à educação pública, atribui aos sistemas de ensino a organização curricular desse nível de ensino sem a garantia que todos os percursos formativos e componentes curriculares sejam oferecidos em todas as escolas municipais, privadas ou estaduais.

O caráter emancipador da educação é ignorado por essa reforma que privilegia, a produção de mão de obra desqualificada, com um ensino técnico defasado e pouco reflexivo, tratando nossos adolescentes, jovens, adultos e idosos estudantes deste nível de ensino como potencial massa para o subemprego.

Não podemos concordar que as mudanças no Ensino Médio sejam uma forma de dividir estudantes entre aqueles que vão ter acesso a um ensino com

aprofundamento nos componentes curriculares que integram a Base Nacional Comum Curricular e aqueles que vão ter acesso a um ensino técnico que não pensa a qualificação do trabalho e sim a formação de mão de obra resultando em grave violação do direito à educação pública de qualidade social.

Rejeitamos a admissão de profissionais com “notório saber” pelos sistemas de ensino para ministrar conteúdos, à medida que isto fará retroceder as lutas pelo reconhecimento e a qualificação da formação docente, significando um desestímulo à escolha e a qualificação dada pela licenciatura específica. A construção da identidade profissional do docente fica mais uma vez comprometida, após muitos anos de luta para a licenciatura ganhar espaço e caráter profissional.

A questão da distribuição das disciplinas será decidida pela Base Nacional Comum Curricular, a ser aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Rejeitamos a supressão de disciplinas tidas como essenciais por especialistas na formação do pensamento crítico do sujeito resultando com isso em consequente anulação de conquistas como a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e disciplinas que valorizem a diversidade dos indivíduos, suas identidades e culturas.

Vimos a público nos manifestar contrários à reforma proposta e aos dos efeitos nefastos que a mesma imporá à vida de adolescentes, jovens, adultos e idosos estudantes mineiros.

Belo Horizonte, abril de 2017

Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais